

# As desigualdades regionais no Uruguai: origem e evolução recente (1990-2000)

*Ms. Mariangela Amaral e Silva<sup>1</sup>  
Prof. Dr. Pascoal José Marion Filho<sup>2</sup>*

---

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo avaliar a origem e a evolução das desigualdades inter-regionais no Uruguai, no período de 1990 a 2000. A forma de ocupação de uma região pode assumir um papel importante no entendimento das desigualdades, o que justifica a incursão. As desigualdades foram avaliadas a partir da participação relativa de cada departamento (região) e através do índice de Gini, com base no Valor Agregado Bruto (VAB), VAB per capita e VAB industrial. A teoria de Causação Circular e Acumulativa de Myrdal foi utilizada para orientar a análise. Conclui-se que a forma como ocorreu a ocupação da região explica as desigualdades atuais entre os departamentos, e que as mesmas são acentuadas e não apresentam tendências de reversão. Entretanto, o VAB per capita manteve-se levemente desigual entre os departamentos, mas com crescimento no final da década.

**Palavras-chave:** Desigualdade regional. Ocupação territorial. Concentração industrial.

---

## I Introdução

As grandes diferenças entre os níveis de crescimento econômico e social, em vários países, têm sido tema de estudo de muitos cientistas sociais. A extensão das desigualdades econômicas e sociais pode ser considerada como uma das questões essenciais de nossa época, sendo de fundamental importância para os formuladores de políticas de desenvolvimento e de integração o seu conhecimento.

Avaliar o povoamento do Uruguai e a evolução de suas desigualdades inter-regionais, no período de 1990 a 2000 é importante sob dois aspectos: primeiro, porque se pode evidenciar um vínculo esclarecedor entre os dois (povoamento e desigualdade) desde o início da ocupação do espaço; e, segundo, porque as desigualdades podem estar evoluindo.

Portanto, a pesquisa começa com a ocupação territorial da região, hoje Uruguai, e finaliza com a avaliação da dimensão e da evolução dos graus de desigualdades inter-

regionais, a partir de variáveis econômicas (Valor Agregado Bruto - VAB, VAB per capita e do VAB industrial) dos 19 departamentos do País, no período de 1990 a 2000.

A teoria utilizada como base na análise é a Teoria da Causação Circular e Acumulativa de Myrdal, que explica as desigualdades de crescimento entre regiões, por exemplo, a partir da implantação ou da expansão de um pólo industrial. O fato traria efeitos propulsores para a região de localização do pólo, já que exige melhorias de infra-estrutura, comércio e serviços. Porém, pode trazer efeitos regressivos para as regiões de origem do capital, da mão-de-obra, etc., amplificando o processo de desigualdades regionais.

O presente artigo está estruturado em cinco seções, sendo a primeira delas essa introdução. A segunda seção traz uma abordagem histórica da ocupação territorial do Uruguai. O referencial teórico e a metodologia utilizada para medir as desigualdades regionais estão na terceira seção. Os graus de desigualdades e as evoluções das mesmas são apresentados na quarta seção. Finalizando, na quinta seção, apresentam-se as conclusões.

## 2 A ocupação territorial do Uruguai

Em 1516, chegaram os primeiros europeus à região do Uruguai. Porém, como não encontraram metais preciosos, a única riqueza da época, o território foi por muito tempo *terra de ninguém* (NAHUM, 1999).

Entretanto, com a chegada das reduções jesuíticas, no século XVI, que trouxeram para a região o gado cavalari e o *vacum* [bovino], inicia-se efetivamente a ocupação do território (PADOIN, 2001). A autora esclarece que as reduções se estabeleceram próximas aos rios da Bacia do Prata e que os padres organizaram imensas vacarias<sup>3</sup> e transformaram a atividade de criação de gado em forte atrativo econômico, utilizando os índios como mão-de-obra especializada, fazendo deles hábeis ginetes e preadores do gado chimarrão.

Os portugueses também circularam pela região através do comércio e da atividade bandeirante. As Bandeiras atacavam e destruíam as missões jesuíticas, prendiam índios para utilizá-los como mão-de-obra no Brasil, porque o comércio de escravos estava desarticulado pela invasão holandesa no nordeste brasileiro. Por outro lado, os espanhóis estimulavam os jesuítas, e estes criaram os Sete Povos das Missões, localizados à margem esquerda do rio Uruguai, em terras do atual Rio Grande do Sul.

Após o término da união das Coroas de Portugal e Espanha, Portugal fundou, em 1680, a Colônia do Sacramento em frente a Buenos Aires<sup>4</sup>. Na opinião de REICHEL e GUTFREIND (1995), a fundação da Colônia do Sacramento foi um dos momentos mais importantes da disputa entre as coroas ibéricas pela conquista da região platina. Também propiciou o desenvolvimento do comércio legal e de contrabando<sup>5</sup>, que, para elas, influenciou na ocupação, no povoamento e na integração da região a outras.

As lutas entre espanhóis e portugueses tinham outros motivos, além da Colônia de Sacramento, e devido a estas intenções os portugueses fundaram os fortes de Santa Tereza e de São Miguel, e, mais tarde, a cidade de Rio Grande (1737). Os espanhóis fundaram

Montevideu (1723) e Maldonado (1757) (REICHEL e GUTFREIND, 1995). A grande disputa em torno da Colônia do Sacramento acabou por estimular a ocupação das terras do Uruguai (RAUBER, 2004).

NAHUM (1999) afirma que Montevideu se converteu em fortaleza militar do poder espanhol, obteve ascensão comercial devido as suas condições de porto natural, que favoreceram a entrada de bens europeus e matérias-primas platenses, competindo com Buenos Aires, que ficava do outro lado do Rio da Prata.

Dentro desse contexto, aos poucos, Montevideu se transformou num forte centro comercial da América Espanhola, dependendo administrativamente do governo de Buenos Aires e militarmente da metrópole. Devido à prosperidade alcançada no final do século XVIII, foi, por longo tempo, um centro de lealdade à Espanha, sendo, por isso, contrário à rebelião emancipadora que se iniciou em Buenos Aires e nas províncias do litoral e interior, bem como na campanha da Banda Oriental (NAHUM, 1999).

Sendo assim, de um lado, existia a campanha acostuada com a liberdade e com poucas necessidades para satisfazer, na qual havia a carência de uma classe média de pequenos agricultores para dar estabilidade e ordem a essa nascente sociedade. Em outro extremo ficava a cidade, cuja vida econômica, política e cultural foi marcada pela atividade comercial, pois era aberta ao mundo, às influências ideológicas e à moda européia (NAHUM, 1999).

Neste cenário definido por idéias e influências européias chegadas pelo porto de Montevideu, formou-se a região metropolitana do Uruguai, no departamento de Montevideu, sendo que o pólo industrial foi estruturado na cidade de Montevideu, onde se concentra aproximadamente 60% da renda do país e grande parte da população.

Assim foi estabelecido o território do Uruguai. A seguir, apresentam-se teorias sobre desigualdades regionais.

## 3 Teorias sobre desigualdades regionais e metodologia

### 3.1 As teorias sobre desigualdades regionais

A respeito dos mecanismos de distribuição do desenvolvimento, cabem várias interpretações, as quais deram origem a duas correntes divergentes dentro deste mesmo paradigma. De um lado, surgem os defensores da idéia de *crescimento equilibrado*, os quais afirmam que as livres forças do mercado promovem o desenvolvimento. Para os autores, a desigualdade entre nações ou regiões de um país depende da disponibilidade dos fatores e da mobilidade, sendo esta apenas uma fase transitória no processo de desenvolvimento, já que o equilíbrio é produzido no espaço de forma lógica (ROFMAN, 1974; ALONSO, 1984; SOUZA, 1999; e CÁRDENAS *et al.*, 2004).

Na visão de ALONSO (1984), a noção de equilíbrio não se aplica às economias dependentes (com pouca autonomia) que possuem estruturas oligopólicas nos seus setores mais modernos. Isso quer dizer que essas economias não tendem automaticamente ao equilíbrio na produção e na distribuição da renda nacional quando a economia cresce.

ROFMAN (1974, p. 69) afirma que "... num sistema econômico capitalista subdesenvolvido, o equilíbrio não existe, por definição. E, porque postulá-lo como paradigma ao nível da configuração espacial é, também, uma posição inexata".

MYRDAL (1960) também se manifesta a esse respeito dizendo que "... a noção de equilíbrio estável é normalmente uma falsa analogia que se estabelece quando se formula a teoria que visa explicar a mudança no sistema social". Segundo o autor, não se verifica a tendência à auto-estabilização automática, e, em vez de o sistema se mover na direção do equilíbrio, afasta-se cada vez mais dessa posição.

De outro lado, encontram-se os defensores do chamado *dualismo econômico*<sup>6</sup>, que são as teorias de causação acumulativa e do desenvolvimento polarizado, as quais mantêm a tese de que uma vez aberta a brecha que separa as regiões ricas das pobres, as forças livres de mercado tendem a fixar a riqueza na região desenvolvida, originando uma polarização crescente dos níveis de desenvolvimento, a menos que haja uma intervenção a fim de minimizar as desigualdades (MYRDAL, 1960; ROFMAN, 1974; PERROUX, 1977; e SOUZA, 1999).

Dentre os principais representantes, pode-se citar MYRDAL (1960) e seu seguidor HIRSCHMAN (1960), para quem o modelo de causação acumulativa explicava melhor os processos de crescimento e desenvolvimento econômico e social do que a análise em termos de equilíbrio.

MYRDAL (1960) formulou a teoria da causação circular e acumulativa em meados dos anos 50, observando que o círculo vicioso pobreza-doença-pobreza pode ser um processo circular e acumulativo ascendente ou descendente, que, quando não controlado, pode causar desigualdades crescentes.

Pode-se exemplificar a causação circular acumulativa ascendente através da instalação de uma fábrica em uma localidade, provocando efeitos multiplicadores, diretos e indiretos sobre o emprego e a produção. O aumento das receitas públicas locais levaria à instalação de infra-estruturas e à melhoria dos demais serviços prestados, criando um cenário atrativo às atividades econômicas. Já na causação circular acumulativa descendente, o exemplo seria o fechamento de uma grande empresa na localidade, causando um impacto negativo no emprego, na renda e nas finanças públicas locais, pois haveria a necessidade de aumento dos impostos. Com a redução das receitas públicas, o cenário tornar-se-ia menos atrativo para as atividades econômicas, desencadeando um processo cumulativo descendente de subdesenvolvimento (MONTROYA, 1999).

De acordo com essa teoria, as relações de mercado provocam uma distância progressiva entre as regiões ricas e as pobres, tanto em nível nacional como internacional, com a transferência de recursos que se dá através do intercâmbio comercial e dos investimentos.

Os fatores de produção, como capital e mão-de-obra, tendem a emigrar das regiões periféricas para as regiões centrais (SOUZA, 1993; MONTROYA, 1999). O autor também menciona que o crescimento de uma região causa *efeitos regressivos* em outras devido à troca desigual entre regiões mais ricas, exportadoras de produtos manufaturados, e regiões mais pobres, produtoras de produtos primários. Esses *efeitos regressivos* são provocados pelos movimentos de mão-de-obra, de capital e de bens e serviços em direção

aos centros em expansão, em detrimento das regiões mais pobres, devido ao fato de as regiões desenvolvidas oferecerem maiores oportunidades de emprego, taxas de retorno nos investimentos mais elevadas, melhor infra-estrutura, assistência social, etc. Portanto, em vez de estabelecer o equilíbrio, os mecanismos do livre mercado tendem a aumentar as desigualdades regionais.

Em contrapartida, há alguns *efeitos propulsores* que acontecem nos centros desenvolvidos, favorecendo as regiões situadas ao redor através de um processo circular e acumulativo, no qual desencadeiam aumentos nas exportações de alimentos, matérias-primas, insumos industriais e manufaturas de consumo final para os pólos de crescimento nacionais e internacionais (MYRDAL, 1960). No Brasil, temos alguns exemplos, como: o Estado do Rio Grande do Sul produz peças de reposição para a indústria automobilística paulista; Santa Catarina exporta aves congeladas para o centro do país (SOUZA, 1993, p. 41).

MYRDAL (1960) afirmou que o papel do Estado é importante no sentido de tentar diminuir as desigualdades regionais, o que deverá acontecer através de políticas econômicas que neutralizem os *efeitos regressivos* e promovam o desenvolvimento das regiões periféricas, aumentando a dimensão dos *efeitos propulsores* provenientes do pólo urbano-industrial.

Existem várias teorias sobre desigualdades regionais, porém apresentam limitações por considerarem apenas um fator em suas análises. Nesse sentido, optou-se pela teoria da causação circular e acumulativa porque parece ser a mais completa na abrangência dos vários fatores que são responsáveis pela desigualdade de crescimento das regiões, sendo que se utiliza de variáveis econômicas para identificá-los.

### 3.2 Metodologia

#### 3.2.1 Regionalização

De acordo com a divisão regional oficial do Uruguai, o país é desagregado em cinco regiões e 19 departamentos<sup>7</sup>. As cinco regiões são: Noroeste, Norte ou Centro-Norte, Leste, Centro-Sul e Sudoeste.

No Quadro I são apresentadas as cinco regiões com os respectivos departamentos do Uruguai.

Quadro I – Regiões do Uruguai com seus respectivos departamentos.

NOROESTE	NORTE	LESTE	SUL	SUDOESTE
Artigas	Rivera	Cerro Largo	Durazno	Soriano
Salto	Tacuarembó	Trinta e Três	Flores	Colônia
Paissandu		Lavalleja	Florida	
Rio Negro		Rocha	São José	
		Maldonado	Canelones	
			Montevideu	

Justifica-se essa divisão por ser a forma que mais se aproxima da idéia de homogeneização e pela disponibilidade dos dados necessários para a análise empírica. De

acordo com RICHARDSON (1981), se o interesse do analista é na pesquisa empírica, ele tem que trabalhar com as regiões administrativas adotadas pelos órgãos administrativos, pois somente são disponíveis dados das regiões reconhecidas oficialmente.

### 3.2.2 Coeficiente de mensuração das desigualdades

Existem várias medidas de desigualdades regionais<sup>8</sup>. Entretanto, neste trabalho, o nível das desigualdades regionais é mensurado através do Índice de Gini. Trata-se de um índice adimensional, cujo limite inferior é (0) zero e o limite superior é igual a 1 (um), ou seja: se G é igual a 1 a desigualdade será perfeita e se G for igual a 0 a igualdade será perfeita.

O índice de Gini (G), neste trabalho, é calculado com base no Valor Agregado Bruto (VAB), VAB per capita e no VAB industrial. As frações acumuladas destas variáveis são representadas no eixo Y, e as frações acumuladas das respectivas regiões<sup>9</sup>, departamentos do Uruguai, são representadas no eixo dos X.

O Índice de Gini é obtido "aproximadamente" ao se decompor a área abaixo da curva de Lorenz, em *n* trapézios. As medidas do trapézio são *Y<sub>i</sub>*, a base maior, e *Y<sub>i-1</sub>*, a base menor, sendo a sua altura *X<sub>i</sub> - X<sub>i-1</sub>*. A área do trapézio (*S<sub>i</sub>*) é assim medida por:

$$S_i = \frac{Y_i - Y_{i-1}}{2} (X_i - X_{i-1}) \quad (1)$$

$$i = 1, \dots, n$$

Sendo, portanto, o Índice de Gini definido por:

$$G = 1 - \frac{\sum_{i=1}^n S_i}{0,5} \quad \text{ou} \quad G = 1 - 2 \sum_{i=1}^n S_i \quad (2)$$

### 3.2.3 Fonte dos Dados

O Valor Agregado Bruto (VAB), VAB per capita e o VAB industrial, em nível departamental, foram divulgados pela *Unidad de Desarrollo Municipal de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto* [Unidade de desenvolvimento municipal da oficina de planejamento e orçamento] (UDM-OPP) e gentilmente cedidos pelo seu Diretor, Sr. Ariel Davrieux, para o período de 1990 a 2000.

## 4 As desigualdades econômicas regionais do Uruguai

Nesta seção avalia-se a evolução das desigualdades econômicas regionais ocorridas no Uruguai, no período de 1990 a 2000, a partir da participação relativa do Valor Agregado Bruto (VAB), do VAB industrial e do VAB per capita de cada departamento do Uruguai.

### 4.1 A participação relativa dos departamentos na renda do Uruguai

Entende-se como renda o Valor Agregado Bruto (VAB) de cada departamento (região). A utilização do VAB é uma boa medida para identificar as disparidades entre os departamentos, e através dele é possível ter uma idéia das condições de vida da população.

Na Tabela 1, inicia-se o processo de análise das assimetrias entre os departamentos do Uruguai, no período de 1990 a 2000. São apresentados os dados sobre o Valor Agregado Bruto (VAB), em dólares correntes, e o percentual de participação de cada departamento no VAB do país.

Tabela 1 – O Valor Agregado Bruto dos departamentos e do Uruguai (em 1.000.000 US\$), e a participação relativa dos departamentos (em %) para os anos 1990, 1996 e 2000

	1990	%	1996	%	2000	%
<b>MONTEVIDEO</b>	5.225.473	<b>58,47</b>	11.639.000	<b>59,13</b>	11.541.224	<b>59,95</b>
<b>ARTIGAS</b>	130.759	1,46	285.040	1,45	257.138	1,34
<b>CANELONES</b>	622.217	<b>6,96</b>	1.408.223	<b>7,15</b>	1.373.406	<b>7,13</b>
<b>CERLARGO</b>	148.598	1,66	344.447	1,75	318.593	1,65
<b>COLONIA</b>	354.711	<b>3,97</b>	698.844	<b>3,55</b>	716.622	<b>3,72</b>
<b>DURAZNO</b>	129.953	1,45	261.032	1,33	249.412	1,3
<b>FLORES</b>	63.729	0,71	126.055	0,64	124.882	0,65
<b>FLORIDA</b>	163.699	1,83	359.276	1,83	343.154	1,78
<b>LAVALLEJA</b>	120.737	1,35	260.775	1,32	247.325	1,28
<b>MALDONADO</b>	331.669	<b>3,71</b>	871.068	<b>4,43</b>	902.371	<b>4,69</b>
<b>PAYSANDU</b>	267.199	2,99	583.633	2,96	545.193	2,83
<b>RIONEGRO</b>	122.339	1,37	259.885	1,32	243.299	1,26
<b>RIVERA</b>	126.266	1,41	289.231	1,47	301.214	1,56
<b>ROCHA</b>	160.909	1,8	354.129	1,8	333.179	1,73
<b>SALTO</b>	299.953	3,36	496.293	2,52	452.190	2,35
<b>SANJOSE</b>	181.134	<b>2,03</b>	389.092	<b>1,98</b>	367.584	<b>1,91</b>
<b>SORIANO</b>	195.450	2,19	409.214	2,08	363.513	1,89
<b>TACUAREMBO</b>	183.451	2,05	399.594	2,03	366.716	1,9
<b>TYTRES</b>	109.390	1,22	250.248	1,27	205.417	1,07
<b>TOTAL PAIS</b>	<b>8.937.635</b>	<b>100</b>	<b>19.685.078</b>	<b>100</b>	<b>19.252.433</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados da UDM-OPP.

Constata-se que existe considerável diferença do VAB de Montevideú, que chegou a atingir cerca de 11.500 milhões de dólares em 2000, em relação ao dos demais departamentos. Em segundo lugar, fica Canelones, que atingiu, em 2000, quase 1.400 milhões de dólares.

Nota-se que os departamentos com as maiores rendas ficam próximos a Montevideú, sendo eles, além de Canelones, Maldonado e Colônia. Portanto, além de serem localizados no litoral, pertencem à região metropolitana.

Dentro deste contexto, MYRDAL (1960) afirma que há uma propagação dos efeitos provocados pelo centro de expansão econômica em direção a outras regiões, de modo que há benefícios para as regiões próximas ao pólo de crescimento.

Na década de 90, quase 60% do Valor Agregado Bruto do país foi gerado no departamento de Montevideú, enquanto que, se forem considerados os departamentos de Colônia, Canelones, Maldonado e São José, juntos a Montevideú, a concentração do VAB chega a 77%. Entretanto, de outro lado, os demais departamentos do país, que ocupam mais da metade do território nacional, geram somente 22% do Valor Agregado Bruto.

Como se pode ver, os desníveis regionais em termos de produção são bem acentuados. Nesse sentido, RATNER (2002) explica que a dotação diferente dos recursos naturais, produtivos e humanos se reflete na renda, sendo a poupança e os investimentos insuficientes nas regiões menos privilegiadas, agravadas pela má distribuição do produto nacional, características de países como o Uruguai.

A Tabela 2 apresenta o VAB das cinco regiões do Uruguai nos anos de 1990, 1996 e 2000.

Tabela 2 – Valor Agregado Bruto para as regiões do Uruguai nos anos de 1990, 1996 e 2000 (miles de dólares)

Regiões	1990	%	1996	%	2000	%
Este	871.303	9,75	2.080.667	10,57	2.006.885	10,42
Suroeste	550.161	6,16	1.108.058	5,63	1.080.135	5,61
Sul	6.386.205	<b>71,45</b>	14.182.678	<b>72,05</b>	13.999.662	<b>72,72</b>
Noreste	820.250	9,18	1.624.851	8,25	1.497.820	7,78
Norte	309.717	3,47	688.825	3,5	667.930	3,47
<b>TOTAL DO PAÍS</b>	<b>8.937.636</b>	<b>100</b>	<b>19.685.079</b>	<b>100</b>	<b>19.252.432</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados da UDM-OPP.

A Região Sul, da qual fazem parte os departamentos de Durazno, Flores, Flórida, São José, Canelones e Montevideú, concentra em torno de 72% da renda do país e é onde está localizado o pólo industrial (Montevideú), assim como é pelo porto de Montevideú que se dá o escoamento da produção. A ocupação do território também se deu por essa região, mais especificamente Montevideú, de onde sempre entravam e saíam mercadorias, informações e influências. A Região Sudoeste tem sua importância quando se fala em colonização por causa do departamento de Colônia, onde foi fundada, pelos portugueses, a cidade chamada Colônia do Sacramento, palco de muitas lutas entre espanhóis e portugueses, os quais, junto com Montevideú, deram início à colonização do país.

Do ponto de vista da análise das disparidades entre os departamentos uruguaios, a Tabela 3 apresenta o VAB per capita para os anos de 1990, 1992, 1994, 1996, 1998 e 2000, a fim de mostrar, com mais precisão, as desigualdades de renda, sendo que, neste caso, leva-se em conta a população e indica-se a renda que os habitantes podem dispor, em média, durante o período considerado.

Tabela 3 - VAB per capita para os departamentos do Uruguai (1.000.000 US\$)

Regiões	1990	1992	1994	1996	1998	2000
MONTEVIDEO	3.938	5.437	7.376	8.655	9.379	8.505
ARTIGAS	1.822	2.444	3.193	3.798	3.997	3.325
CANELONES	1.563	2.154	2.782	3.178	3.320	2.887
CERLARGO	1.852	2.667	3.573	4.175	4.499	3.790
COLONIA	3.056	4.073	5.285	5.812	6.539	5.821
DURAZNO	2.347	3.070	3.972	4.685	5.064	4.458
FLORES	2.563	3.242	4.334	5.036	5.591	4.968
FLORIDA	2.462	3.254	4.551	5.402	5.645	5.159
LAVALLEJA	1.970	2.695	3.583	4.269	4.677	4.058
MALDONADO	3.066	4.391	6.497	6.832	7.304	6.342
PAYSANDU	2.492	3.389	4.741	5.234	5.416	4.763
RIONEGRO	2.446	3.301	4.473	5.026	5.236	4.601
RIVERA	1.351	1.805	2.488	2.937	3.337	2.954
ROCHA	2.357	3.375	4.516	5.038	5.445	4.648
SALTO	2.665	3.323	3.890	4.220	4.273	3.734
SANJOSE	1.950	2.679	3.476	4.025	4.186	3.704
SORIANO	2.431	3.320	4.604	5.018	5.070	4.415
TACUAREMBO	2.180	2.938	3.795	4.706	4.923	4.292
TYTRES	2.277	3.113	3.867	5.055	5.493	4.068
<b>MÉDIA</b>	<b>2.357</b>	<b>3.193</b>	<b>4.263</b>	<b>4.900</b>	<b>5.231</b>	<b>4.552</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados recebidos da UDM-OPP.

Em relação ao VAB per capita, os departamentos do Uruguai podem ser divididos em dois grupos: a) os que apresentam um VAB per capita acima da média do país, b) e os que apresentam VAB per capita abaixo da média. Pode-se perceber na Tabela 3 que os VAB per capita dos departamentos estão bem distribuídos em torno da média. Entretanto, os departamentos de Montevideú e de Maldonado possuem as maiores rendas per capita do Uruguai. Ainda, em 1990 o VAB per capita do departamento de Montevideú era 67,08% maior do que a média do Uruguai e em 2000 chegou a 86,84%.

O departamento de Canelones também se destaca, já que apresenta o segundo maior VAB e tem VAB per capita abaixo da média. O baixo VAB per capita pode ser explicado pelos fluxos migratórios<sup>10</sup>, que deixam Montevideú e arredores da região metropolitana e vão para Canelones. Apesar dos fluxos migratórios continuarem se concentrando na cidade de Montevideú e sua área periférica, - considerando que os departamentos de Montevideú, Canelones e São José absorvem 57,8% dos migrantes procedentes do resto do país -, de acordo com informações do censo, nas últimas décadas, o departamento de Montevideú apresentou uma taxa de migração interna real surpreendentemente negativa (- 11,74 por mil) e Canelones positiva (80,27 por mil). Entretanto, a maior parte da população que saiu de Montevideú (62,8%) foi para Canelones e São José, permanecendo dentro da área metropolitana.

As desigualdades regionais em termos de renda nem de perto podem ser comparadas às condições sociais de bem-estar da população uruguaia, pois é registrada uma grande diferença de renda entre os mais ricos e os mais pobres.

De acordo com dados recentes do INE<sup>11</sup>, a renda familiar decresceu em 2000, em média, 6,4% para os departamentos do interior do Uruguai. Para VEIGA (2002), as famílias mais ricas aumentaram consideravelmente suas rendas durante a década de 1990, especialmente nas cidades mais dinâmicas do sul do país. O contrário aconteceu com as famílias mais pobres: suas rendas não cresceram, e seu nível de vida ficou estagnado. O autor destaca também a significativa desigualdade entre os níveis de renda das famílias residentes nas regiões do sul em relação ao resto do país.

#### 4.2 A evolução das participações do VAB industrial no Uruguai

De acordo com as análises efetuadas até agora com relação ao Uruguai, constatou-se que os departamentos de maior expressão econômica são os que possuem pólos industriais. Esta constatação vem ao encontro da teoria de Myrdal, considerada, neste trabalho, como a que mais se aproxima para explicar as variáveis analisadas. Nesse sentido, é importante fazer um estudo do setor industrial das regiões em questão para melhor avaliar os efeitos regressivos e propulsores e verificar a intensidade das desigualdades.

Observa-se na Tabela 4 uma elevada desigualdade entre os departamentos do setor industrial do Uruguai, pois, verifica-se que em torno de 75% do VAB industrial (em 2000), são produzidos no departamento de Montevideu. Considerando junto Canelones e Colônia, o percentual chega a 86%. Os demais 16 departamentos respondem por apenas 14% do VAB industrial.

Com base em informações do INE<sup>12</sup>, é possível entender a concentração industrial. A única refinaria de petróleo *La Teja* existente no país está instalada na baía de Montevideu, assim como a Usina *La Tablada* de armazenagem e expedição de combustíveis. Junto a esta foi construída a Usina de gás, ACODIKE Supergás SA e RIOGAS SA. A atividade industrial se caracteriza por sua base agropecuária e sua dependência petrolífera do exterior. Os setores mais relevantes são o alimentício, o têxtil, o tabaco, o cimento e o papel.

O Uruguai é importante na pecuária e se caracteriza pela criação de bovinos e ovinos, os quais abastecem as principais indústrias de leite, carnes, couros e lãs. Produz, nesse setor, considerável excedente exportável, que faz o Uruguai figurar na estatística mundial entre os primeiros países exportadores desses produtos, sendo estas as principais fontes de divisas para compensar as importações<sup>13</sup>. Portanto, com base nas Tabelas 1 e 4, pode-se constatar a grande concentração tanto do VAB como do VAB industrial na Região Sul do Uruguai, área metropolitana, mais especificamente no departamento de Montevideu. Além disso, os dados também mostram que a desigualdade no Uruguai é elevada e a indústria está concentrada em somente um dos 19 departamentos, Montevideu. Também é possível constatar que na última década ocorreu um agravamento nos desníveis das rendas entre as regiões.

Tabela 4 – Participação relativa dos departamentos no Valor Agregado Bruto industrial (em miles de dólares) do Uruguai (1990, 1996 e 2000)

Regiões/estados	1990	%	1996	%	2000	%
<b>MONTEVIDEO</b>	<b>1.964.085</b>	<b>75,21</b>	<b>2.968.422</b>	<b>74,27</b>	<b>2.568.696</b>	<b>74,54</b>
ARTIGAS	17.088	0,65	26.614	0,67	22.061	0,64
CANELONES	174.748	6,69	287.355	7,19	231.085	6,71
CERRO LARGO	5.182	0,2	8.109	0,2	6.750	0,2
COLONIA	119.715	4,58	181.236	4,53	160.086	4,65
DURAZNO	12.271	0,47	21.319	0,53	15.576	0,45
FLORES	15.120	0,58	23.892	0,6	19.481	0,57
FLORIDA	21.312	0,82	35.113	0,88	27.575	0,8
LAVALLEJA	24.865	0,95	42.922	1,07	39.817	1,16
MALDONADO	33.648	1,29	50.577	1,27	45.267	1,31
PAYSANDU	65.190	2,5	103.567	2,59	88.364	2,56
RIO NEGRO	3.427	0,13	4.517	0,11	4.008	0,12
RIVERA	3.862	0,15	6.296	0,16	13.010	0,38
ROCHA	10.977	0,42	17.994	0,45	14.361	0,42
SALTO	21.729	0,83	34.514	0,86	28.338	0,82
SAN JOSE	52.495	2,01	82.342	2,06	70.031	2,03
SORIANO	36.248	1,39	53.659	1,34	50.568	1,47
TACUAREMBO	16.647	0,64	28.108	0,7	23.479	0,68
TYTRES	12.883	0,49	20.087	0,5	17.310	0,5
<b>Uruguai</b>	<b>2.611.491</b>	<b>100</b>	<b>3.996.644</b>	<b>100</b>	<b>3.445.864</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados fornecidos pela UDM-OPP.

A cidade de Montevideu, por ter um porto, foi a porta de entrada de toda influência que vinha do continente europeu na época da colonização. Segundo NAHUM (1999), era uma cidade onde a atividade comercial marcou a vida econômica, política e cultural, pois era aberta às influências ideológicas e à moda européia. Portanto, a concentração econômica atual do Uruguai pode ser explicada pela sua origem, especialmente por ser, desde o início, o centro comercial, industrial e político do país.

#### 4.3 A verificação das desigualdades entre as regiões do Uruguai através do índice de Gini

De acordo com a teoria econômica regional, consideram-se desequilíbrios regionais a diferença de renda entre regiões. Os estudos<sup>14</sup> mais recentes da economia regional, através de sua concepção de região, conseguiram superar os parâmetros usados pela teoria neoclássica, a qual analisava as desigualdades apenas entre países. Nesse sentido,



foi possível criar análises autônomas, desenvolvendo instrumentos mais eficazes com a análise dos componentes em nível regional. Os exemplos dessa evolução são os estudos precursores de MYRDAL (1960), WILLIAMSON (1965), GRAHAM (1969), ROFMAN (1974), SINGER (1977) e CANO (1981). Dentro desse enfoque, a análise a seguir irá fundamentar-se levando em conta as características regionais para explicar os coeficientes de desigualdade de renda entre os departamentos do Uruguai. Conforme a proposta metodológica, utiliza-se o índice de Gini para medir as desigualdades das regiões em questão.

Na Tabela 5, pode-se verificar o índice de desigualdade entre os departamentos do Uruguai, no período de 1990 a 2000, em relação ao VAB e ao VAB per capita.

Tabela 5 - Índice de Gini para o Uruguai no período 1990-2000

Período	IGVAB	IGVABpc
1990	0,6496	0,1298
1991	0,6566	0,1286
1992	0,6532	0,1285
1993	0,6611	0,1377
1994	0,6575	0,1414
1995	0,6553	0,1342
1996	0,6564	0,13
1997	0,6558	0,1318
1998	0,6582	0,1339
1999	0,6699	0,1431
2000	0,6676	0,1423

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados compilados da UDM-OPP (2003).

A Tabela 5 mostra uma pequena elevação das desigualdades no período tanto em nível total como em nível per capita. Porém, nota-se que o índice de Gini do VAB per capita (IGVABpc) apresenta menor desigualdade, já que os coeficientes ficam entre 0,1285 e 0,1431. Em relação ao índice de Gini do VAB (IGVAB), constata-se que a desigualdade entre os departamentos é maior e varia de 0,6496, em 1990, a 0,6699, em 1999. Analisando a tabela, percebe-se também que na recessão econômica iniciada em 1998 aumenta as desigualdades para os dois índices, sendo que o IGVAB, que em 1998 era de 0,6582, foi para 0,6699 em 1999, e o IGVABpc, que em 1998 era de 0,1339, foi para 0,1431 em 1999, o auge da crise.

Cabe lembrar que o contingente populacional influencia o nível das desigualdades de renda, por isso a importância de considerar a renda per capita dos departamentos, apesar de o índice apresentar pouca variação devido ao curto período considerado. O IGVABpc apresenta índices menores, demonstrando menor desnível entre as rendas per capita. Nesse sentido, é importante observar que 60% da renda estão com 42% da população localizada em Montevidéu e os outros 40% estão com os 58% da população que ocupam o restante do território uruguaio.

O que se constata para o Uruguai é que há uma concentração de renda e de população na parte sul do país, onde ficam os departamentos litorâneos localizados na zona metropolitana. A região industrializada está inserida na área metropolitana de Montevidéu, mais intensamente na cidade de Montevidéu<sup>15</sup>, que detém 39,7% da população do país.

Os departamentos de Montevidéu, Maldonado e Canelones são os que possuem alto nível de diversificação socioeconômica por pertencerem à área metropolitana, conforme já afirmou VEIGA (2002). Já os departamentos de Soriano, Colônia, Flores, Flórida e São José beneficiam-se, de certa forma, pela proximidade com a região metropolitana, apesar de apresentarem baixo nível de desenvolvimento, possuindo, de acordo com VEIGA (2002), escassa diversificação<sup>16</sup> socioeconômica e carência no nível de vida da população, que migra para os departamentos mais desenvolvidos em busca de melhores oportunidades.

Na parte norte e noroeste do país, estão os departamentos de Artigas, Rivera, Cerro Largo e Trinta e Três, que fazem fronteira com o Brasil e a Argentina e são, conforme VEIGA (2000), os mais desfavorecidos, apesar de se beneficiarem das relações fronteiriças e de um processo de diversificação econômica de base agroindustrial que, nas últimas décadas, transformou-se numa área de potencial agroexportador.

O aumento das desigualdades inter-departamentais constatadas através do IGVAB e do IGVABpc para o ano de 1999 se reflete ainda no ano 2000, que apresenta coeficiente de desigualdade tanto no IGVAB com 0,6676 como no IGVABpc com 0,1423 (Tabela 5).

Com relação à análise dos índices, vale destacar o pensamento de Kuznets (apud SOUZA, 1993), quando ele menciona que as desigualdades aumentam com o crescimento econômico, atingem um ponto de máximo e depois declinam gradativamente.

Na visão do Senador Pepe Mujica<sup>17</sup>, atual ministro do Uruguai (2005), o que culminou em 2000 é um processo que vem de antes. Durante a década de 1990, a economia cresceu, mas cresceu também o desemprego e a pobreza. Ou seja, o Uruguai foi perdendo a sua característica de ser um país que repartia um pouco melhor.

CLADERA (2005) comenta que houve crescimento no Uruguai na década de 90, porém com desigualdades significativas no desenvolvimento dos setores. Explica ainda que o retorno do capital estrangeiro que havia fugido na década de 80 foi o responsável por esse crescimento. Contudo, explica que o investimento produtivo não foi muito significativo porque grande parte do capital que retornou não foi usado em projetos produtivos, em desenvolvimento de indústrias, e sim em consumo ou na compra de empresas existentes e privatizações.

### 5.3.1 Desigualdades regionais através do índice de Gini para o setor industrial das regiões

Observando o Índice de Gini na Tabela 6, na década de 1990, confirma-se a análise anterior, pois o IGVABind, para o Uruguai, variou entre 0,8205, em 1999, e 0,8268, em 1990, apresentando alto grau de desigualdade no setor industrial e inexpressiva variação.

Isto significa que, além de elevada disparidade no setor industrial entre os departamentos uruguaiois, nada aconteceu para mudar esse fato, ou os acontecimentos não proporcionaram alteração significativa, pois o índice de desigualdade continua elevado e relativamente constante.

Tabela 6 - Índice de Gini industrial para os departamentos do Uruguai no período 1990-2000

Período	IGVABind
1990	0,8268
1991	0,831
1992	0,8259
1993	0,8242
1994	0,8265
1995	0,822
1996	0,822
1997	0,8241
1998	0,8232
1999	0,8205
2000	0,8209

Fonte: Análise do autor a partir de dados compilados da UDM-OPP.

Contextualiza-se a desigualdade com a teoria de Myrdal, que afirma que um pólo de crescimento pode desenvolver apenas a região onde está implantado e, como consequência, exerce efeitos nocivos ao desenvolvimento de outras regiões através da troca desigual e pela atração dos fatores de produção (SOUZA, 1999).

Finalizando, constata-se que no Uruguai o desequilíbrio econômico entre os departamentos é elevado e teve origem na colonização européia. Verifica-se também que é justamente onde surgiram os primeiros sinais de colonização, na região portuária e de entrada dos imigrantes europeus, que se localiza o pólo industrial.

## 6 Conclusões

Com base nos resultados obtidos, pode-se inferir conclusões sobre a origem, a evolução e a intensidade das desigualdades que se verificam no Uruguai, no período de 1990 a 2000.

O Uruguai apresenta desenvolvimento desigual entre seus dezenove departamentos, com concentração de renda e população no departamento de Montevidéu, a região industrializada do país. Esse desenvolvimento concentrado acontece desde a sua colonização, o qual fazia contato com a Europa através do porto de Montevidéu, de onde saíam as mercadorias originadas da pecuária (couro, lã e charque) e entravam todas as novidades vindas do velho mundo.

Através do Índice de Gini, é possível constatar as diferenças já percebidas anteriormente na análise do VAB, VAB per capita e VAB industrial, pois, apesar de não existirem grandes variações para os coeficientes na década, devido ao curto período de análise, ele apresentou índices elevados de desigualdade inter-regional. Ainda, na análise

foi possível verificar que os índices permaneceram estáveis na década de 1990. Com relação ao VAB per capita, conclui-se que ele é pouco desigual e que, no final da década, vem aumentando.

Está claro neste estudo, portanto, que o pólo industrial causa efeitos propulsores nas regiões industrializadas, atraindo renda e população, elevando o grau de desigualdade regional, na medida em que apresenta aumento da concentração industrial. Todavia, para minimizar as desigualdades de desenvolvimento entre as regiões, o ideal seria a implantação de pólos distribuídos e não concentrados.

Diante deste cenário, percebe-se a necessidade de políticas de desenvolvimento regional que sejam eficientes e consigam minimizar as desigualdades existentes entre as regiões do Uruguai. Devido ao fato de as regiões em questão pertencerem ao Mercosul, as políticas de desenvolvimento devem ser implementadas em nível de bloco regional para que possam convergir no sentido de criar condições para o desenvolvimento de forma integrada não só entre os países, mas também nas regiões que possuem dificuldades de inserção no bloco.

## Regional inequalities in Uruguay: origin and recent trends [1990 - 2000].

### ABSTRACT

This paper studies the inter-regional inequalities in Uruguay from 1990 to 2000. In the analysis, Uruguay was subdivided in nineteen areas (departments). The inequalities were valued from the relative participation of each area in the total and through the Gini index, based in the economical variables GNP, per capita GNP and industrial GNP. The Myrdal theory of Accumulative Circular Causation was used to guide the analysis. The history of territorial occupation is considered the origin of the inequalities between the different regions. Additionally, the GNP per capita is unequal between different regions and is increasing in the end of the decade.

**Keywords:** Regional inequality. Territorial occupation. Industrial concentration.

### Notas

- 1 Economista (UFSM), Mestre em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS.
- 2 Doutor em Economia Aplicada pela ESALQ/USP. Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
- 3 Vacaria do Mar e Vacaria dos Pinhais.
- 4 Vale recordar que antes das reformas do século XVIII, o Império Espanhol considerava a região como periférica, sem valor e de pouco atrativo. Sua posição geográfica representava uma permanente ameaça à integridade da política colonial espanhola, pois era a principal rota de contrabando britânico



- e holandes, via Colônia do Sacramento, e em cumplicidade com Portugal. O apoio da Coroa na defesa da região e para seu desenvolvimento foi quase inexistente nesta época (ver BURGIM, 1969).
- <sup>5</sup> Contrabando entre Brasil e Buenos Aires, especialmente de "prata amoadada, das chamadas *piñas* [barras] do Peru e de couro *vacum* [bovino]", além do comércio de escravos (PADOIN, 2001, p. 17).
  - <sup>6</sup> Eckhaus (apud RIBEIRO, 1981) explica como sendo o convívio, no mesmo território, de economias modernas (desenvolvidas) com economias atrasadas (subdesenvolvidas). ROSSETTI (1977, p. 382) apontou como causa principal das desigualdades o dualismo regional, que é "a existência de regiões com expressivos níveis de desempenho e desenvolvimento econômico, ao lado de outras que acusam baixos índices de atividade e de progresso". Na opinião dele, houve sempre desigualdades sociais e econômicas, aumentando cada vez mais as diferenças entre pobres e ricos, ou melhor, distanciando as regiões desenvolvidas das subdesenvolvidas.
  - <sup>7</sup> O Uruguai é um Estado confederado dividido em 19 departamentos, onde o Governo e a Administração são exercidos pela Junta Departamental, composta de 31 membros, sendo que a máxima autoridade do poder executivo é o Intendente. Estas autoridades, legislativas e executivas, são eleitas, a cada 5 anos, por voto direto, secreto e obrigatório da cidadania.
  - <sup>8</sup> Outras medidas de desigualdades: índice de Theil, índice de Atkinson, coeficiente de Williamson, entre outros.
  - <sup>9</sup> Sendo 19 departamentos no Uruguai.
  - <sup>10</sup> Os comentários deste parágrafo foram coletados do site [www.nutep.adm.ufrgs.br/mercosul](http://www.nutep.adm.ufrgs.br/mercosul).
  - <sup>11</sup> Instituto Nacional de Estatística do Uruguai.
  - <sup>12</sup> Além do INE (Instituto Nacional de Estatística), as informações constantes no parágrafo foram coletadas do site [www.montevideo.com](http://www.montevideo.com).
  - <sup>13</sup> Comentários baseados no site [www.montevideo.com](http://www.montevideo.com).
  - <sup>14</sup> NASSER (2000), SOUZA (1993 e 1999), GOMES (1997), KON (2002), entre outros.
  - <sup>15</sup> Primeira cidade fundada pelos espanhóis, início da colonização uruguaia. Concentra a maioria dos esforços industriais e de consumo energético do país. Possui importantes frigoríficos e diversas fábricas de cerveja, fósforo, calçado, cimento, azeite, sabão, sabonete, entre outras.
  - <sup>16</sup> Esses departamentos possuem poucas indústrias, mas se beneficiam pela proximidade com o pólo industrial. San José tem indústria de produtos químicos, fertilizantes e detergentes; Colônia tem indústrias de papel, fibras sintéticas e tecidos; e Flórida tem 40% da indústria leiteira do país ([www.montevideo.com.uy](http://www.montevideo.com.uy)).
  - <sup>17</sup> Esses e outros comentários constam no site [www.agenciartamajior.uol.com.br](http://www.agenciartamajior.uol.com.br), entrevista feita pelo jornalista Marco Aurélio Weissheimer, em 04/03/2005.

## 7 Referências

- ALONSO, J. A. F. *Evolução das desigualdades inter-regionais de renda no Rio Grande do Sul (1930 – 70)*. Porto Alegre: FEE, 1984. 160p.
- BURGIM M. *Aspectos económicos del federalismo argentino*. Buenos Aires: Ed. Hachette, 1969.
- CÁRDENAS, José Rafael G. *Teoria do desenvolvimento*. Disponível em <[www.Adegua.com](http://www.Adegua.com)>. Acessado em fevereiro de 2005.
- CEPAL. *Estadísticas*. Disponível em <[www.cepal.org](http://www.cepal.org)>. Acesso em setembro 2002.
- CLADERA, Juan José. *Mercado Financeiro e criação de emprego*. Disponível em <[www.aebu.org.uy](http://www.aebu.org.uy)>. Acesso em março 2005.
- ENCICLOPEDIA GEOGRAFICA DEL URUGUAY. Geografia econômica e política. Disponível em <[www.montevideo.com.uy](http://www.montevideo.com.uy)>. Acesso em julho de 2003.

- HIRSCHMAN, A. O. *Estratégia do Desenvolvimento econômico*. (Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico), 1960.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. INE – Instituto Nacional de Estatística. Uruguai, 2004. Disponível em: <[www.ine.gub.uy](http://www.ine.gub.uy)>. Acesso em dez. 2004.
- KON, A. *A dinâmica do Desenvolvimento regional brasileiro*. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ufrj.br>> Acessado em agosto de 2002.
- MONTOYA, M. A. *As desigualdades regionais no contexto do crescimento econômico, da economia internacional e do Mercosul*. Texto para discussão n. 4, FEA/UPF, junho 1999. Disponível em <<http://www.techinet.com.br>> . Acessado em agosto de 2003.
- MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: MEC/IESB, 1960. p. 7-55.
- NAHUM, B. *Breve história del Uruguai independiente*. Uruguai: Ed. Banda Oriental, 1999.
- NASSER, B. Economia Regional, desigualdade regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. *Revista do BNDES*. v. 7, n. 4: Rio de Janeiro, 2000.
- PADOIN, M. M. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- RATTNER, H. *Integração para quem?* Disponível em: <<http://www.abdl.org.br/prolides>>. Acessado em agosto de 2002.
- RAUBER, D. *A necessidade do planejamento regional para os recursos hídricos na Bacia do Prata*. 2005. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-americana) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.
- REICHEL, H. J., GUTFREIND I. *As raízes históricas do Mercosul: a região platina colonial*. São Leopoldo: Unisinos, 1996.
- REICHEL, H. J.; GUTFREIND I. *Fronteiras e guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995.
- RIBEIRO, L. A. de P. *Iniciação ao estudo da economia regional*. Fortaleza: FC, 1981. 97 p.
- RICHARDSON, H. W. *Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 221-408.
- RIVOIR, A. L.; VEIGA, D. *Fragmentación socioeconómica y desigualdades en Uruguay: el caso de salto*. Ago. 2002. Disponível em <[www.rau.edu.uy](http://www.rau.edu.uy)>. Acesso em out. 2002.
- ROFMAN, A. *Desigualdades regionales y concentración económica: el caso argentino*. Buenos Aires: Siap, 1974.
- ROSSETTI, J. P. *Introdução à economia*. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 1984. p.551-568.
- SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1977.

SOUZA, N. de J. e. *Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil*. Análise Econômica, 1993. p. 29-59.

SOUZA, N. de J. e. *Desenvolvimento regional*. (versão preliminar), Porto Alegre, UFRGS, 1999.

UNIDAD DE DESARROLLO MUNICIPAL DE LA OFICINA DE PLANEAMIENTO Y PRESUPUESTO - UDM-OPP - Unidade de desenvolvimento municipal do escritório de planejamento e orçamento. Uruguai, 2003.

VEIGA, D. *Transformaciones socioeconômicas y desigualdades regionales en Uruguay*. Republica del Uruguay, ago. 2002. Disponível em <[www.rau.edu.uy/fcs](http://www.rau.edu.uy/fcs)>. Acesso em out. 2002.

Data do recebimento: 15/01/2006

Data do aceite: 19/04/2006